



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 09/06/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Paim defende retomada da política de valorização do salário mínimo

Em pronunciamento nesta terça-feira (7), o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do PL 1.231/2022, projeto de lei que retoma a política nacional de valorização do salário-mínimo. A proposta prevê reajuste anual a partir de uma alíquota correspondente à inflação mais o dobro do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior.

Paim argumenta que a revogação dessa política pelo governo federal representou o fim de um instrumento de inclusão de milhões de brasileiros — que, segundo ele, dependem direta ou indiretamente do salário-mínimo. O senador ressaltou que a situação dessas pessoas piorou ainda mais por causa da inflação, que, de acordo com ele, faz a cesta básica consumir cerca de 70% do salário-mínimo.

Paim afirmou que a política de valorização do salário mínimo faz aumentar a renda, o consumo e a produção.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 09 de junho.

### Empregador precisa negociar com sindicato antes de demissão em massa, decide STF

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quarta-feira (8), por maioria, que é obrigatório que haja uma negociação com sindicatos antes da dispensa em massa de trabalhadores.

O tribunal chegou a esse entendimento, que incidirá em processos equivalentes em todo o país, ao julgar um processo em que a Embraer questiona decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

O Supremo definiu que é imprescindível "a intervenção sindical prévia" nessas dispensas, mas que isso não deve se confundir com "autorização prévia por parte da entidade sindical ou convenção de acordo coletivo".

Embora tenha havido divergências em relação à redação dessa tese, entenderam que há necessidade dessas negociações os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 09 de junho.

### STJ desobriga planos de saúde de cobrir procedimentos fora da lista da ANS

O tribunal entendeu ainda que a operadora não é obrigada a bancar um procedimento se houver opção similar no rol da ANS. Em não havendo substituto terapêutico, poderá ocorrer, em caráter excepcional, a cobertura do tratamento indicado pelo profissional de saúde responsável.

A decisão, que afeta milhões de usuários de planos, é favorável às empresas que atuam no setor e altera um entendimento predominante há mais de duas décadas no Judiciário, a partir de demandas individuais levadas a diferentes instâncias contra negativas de atendimento.

Iniciado em setembro do ano passado e interrompido por duas vezes desde então, o julgamento foi retomado nesta quarta pela segunda seção do tribunal. Foram 6 votos a 3 em prol da tese defendida pelos planos de saúde.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 09 de junho.

### Alta no custo de vida incentiva protesto

As Centrais Sindicais protestam dia 14 de junho, terça, na Avenida Paulista, SP, contra a alta nos juros e o aumento no custo de vida. Em frente ao Banco Central, a partir das 10 horas.

Para Miguel Torres, presidente nacional da Força Sindical, a situação está a cada dia pior e aumenta o drama social no País. "Voltamos a uma situação que há muito tempo não víamos. A ideia da manifestação é chamar atenção da sociedade. Estamos vendo trabalhador que ganha até três salários mínimos perder um terço pra inflação", afirma. Miguel informa: "Todas as Centrais participarão com seus filiados. Queremos Sindicatos e Federações presentes, com faixas e bandeiras. Também massificaremos nas redes sociais a fim de demonstrar essa preocupação".

Haverá atos em todo o País no dia 14. "Em São Paulo, será na Avenida Paulista. Nos outros Estados, ainda estamos discutindo. Mas a ideia é que outras Capitais realizem também. Queremos promover um Dia de Luta contra a carestia e os juros altos", conclui o cetebista.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 09 de junho.

## Mais de 33 milhões de brasileiros estão passando fome

As informações são do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. No ano passado, eram 19 milhões os brasileiros que nada tinham para comer. Em um ano, mais de 14 milhões entraram para essa estatística.

Imagine uma família passando fome. Uma mãe que vê os filhos pedirem comida e não ter o que oferecer. O pai desempregado, ela não conseguiu o Auxílio Brasil. É de cortar o coração, mesmo que fosse apenas uma família nessa condição. Mas são mais de 33 milhões de brasileiros passando fome, segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, feito pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), divulgado terça (7/6).

Dizem que as pessoas não têm noção de grandeza, números muito altos não teriam a capacidade de tocar o coração das pessoas porque eles despersonalizam, desumanizam. Para efeito de comparação, os números da pesquisa equivalem a todos os habitantes das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Goiânia, Belém e Porto Alegre. É como se todos os moradores dessas cidades não tivessem o que comer.

O 1º Inquérito, divulgado no ano passado, estimou em 19 milhões os brasileiros que nada tinham para comer. Em um ano, mais de 14 milhões entraram para essa estatística. “O país regrediu para um patamar equivalente à década de 90”, afirmou a rede PENSSAN ao divulgar ontem o relatório.

O desmonte das políticas públicas, a piora no cenário econômico, o acirramento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia tornaram o quadro ainda mais perverso, segundo enfatizou a entidade.

A pesquisa foi realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022, com entrevistas em 12,745 domicílios, áreas urbanas e rurais de 577 município dos 26 estados e do Distrito Federal. Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 09 de junho.

## Câmara conclui votação do PL que exclui cobrança de ICMS sobre bandeiras tarifárias

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (8), a votação do projeto de lei que impede a incidência do ICMS, imposto estadual, sobre as bandeiras tarifárias de energia. A taxa adicional é paga pelos consumidores, por meio da conta de luz, quando há condições menos favoráveis de geração de energia no País. Mais cedo, os parlamentares haviam aprovado o texto-base da proposta, que agora segue para apreciação do Senado Federal.

Na prática, os Estados não poderão cobrar o imposto sobre a taxa adicional quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acionar as bandeiras amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. O acionamento desses patamares é feito quando há um aumento no custo da geração e a necessidade de acionamento de térmicas, o que está ligado principalmente ao volume dos reservatórios e das chuvas.

Após aprovação do texto-base, deputados analisaram sugestão de emenda apresentada pelo deputado Mauro Benevides (PDT-CE), que sugeria a redução das alíquotas de PIS/Cofins apurados pelos agentes de distribuição nas vendas e no mercado interno, de energia elétrica para consumidor. Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 09 de junho.

## Aluguel compromete 38% da renda familiar em SP, diz pesquisa

O gasto com aluguel em São Paulo compromete 38% da renda mensal da família, o maior nas cinco regiões do país, segundo o Censo QuintoAndar de Moradia divulgado nesta quinta (9).

Segundo o levantamento feito em parceria com o Datafolha, o gasto no estado é, em média, de R\$ 1.078 por mês, enquanto a média nacional com o pagamento de aluguel é de R\$ 686.

Entre os que pretendem se mudar nos próximos dois anos, 3 em cada 5 locatários visam a casa própria, número similar ao registrado pela pesquisa no país. A maioria, porém, não se planeja financeiramente por falta de dinheiro.

De acordo com o levantamento, os mais preparados financeiramente para a mudança são os homens (52%) e os moradores das regiões metropolitanas (51%).

O financiamento segue sendo a principal saída para realizar o sonho da casa própria. Segundo a pesquisa, ele compromete menos a renda familiar: 27% por mês, em média. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 08 de junho.